

Assistência na doença: as boticas monásticas beneditinas no século XVIII*

Health care: the benedictine monastic apothecaries in the 18Th century

ANABELA RAMOS**

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares

Anabela.a.silva@uc.pt

<https://orcid.org/0000-0003-3953-1805>

Texto recebido em / Text submitted on: 31/01/2021

Texto aprovado em / Text approved on: 18/05/2021

Abstract

The aim of the presente article is to analyse the resolutions of the Saint Benedict Congregation to promote the treatment and patient care, in the benedictine monastic communities. This analysis is focused on the Monasteries of São Martinho de Tibães and São Miguel Refojos de Basto, knowing that the first one only instituted pharmacy in 1797. It is located near Braga, where the medical and pharmaceutical services were quite good, like Carmo and Companhia de Jesus' pharmacies. However, even without a resident apothecary, the nurse monk developed several therapeutic actions. On the other hand, at the Monastery of São Miguel de Refojos de Basto, located away from the city and its major medical services,

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar as determinações da Congregação de São Bento para promover o tratamento e cuidado do doente, nas comunidades monásticas beneditinas. Em especial, observam-se as ações desenvolvidas nos Mosteiros de São Martinho de Tibães e no de São Miguel de Refojos de Basto. O primeiro, localizado junto à cidade de Braga, onde havia um bom serviço médico-farmacêutico, com as boticas do Carmo e da Companhia de Jesus, só vai instituir botica em 1797. Porém, mesmo sem boticário residente, o monge enfermeiro desenvolvia já muitas ações terapêuticas sob prescrição dos médicos que atendiam os doentes. Por outro lado, no Mosteiro de

*The research of this paper has been carried out in the framework of the ReSEED Project. It has received funding from the European Research Council (ERC) under the European Union's Horizon 2020 research and innovation programme (grant agreement n°760090) and is hosted by the University of Coimbra at the Centre of Interdisciplinary Studies (UIDB/00460/2020).

This paper reflects only the author's view. The European Commission and European Research Council Executive Agency are not responsible for any use that may be made of the information it contains

** Bolseira do projeto *ReSEED – Rescuing seed's heritage* (grant agreement n°760090).

a pharmacy was founded in 1745, thanks to Fei João de Jesus Maria, an apothecary monk graduated by the University of Coimbra. Then, we studied this apothecary path and its importance in providing pharmaceutical services in the Benedictine Congregation monasteries. When that monastery was extinguished, in 1834, we also observed the intense pharmaceutical activity and the social role it was developing in the surrounding community, even with new apothecaries foundation.

Keywords: Disease; Pharmacy; Apothecary; Congregation of Saint Benedict.

São Miguel de Refojos de Basto, localizado longe dos centros urbanos e sem serviços médicos de relevo, vai-se fundar uma botica em 1745, pelo impulso de Frei João de Jesus Maria, monge boticário com curso aprovado pela Universidade de Coimbra. A partir daí fazemos o percurso deste boticário e a importância que teve na disponibilização de serviços farmacêuticos nos mosteiros da Congregação. Em 1834, no momento de extinção daquele mosteiro percebemos ainda a intensa atividade farmacêutica aí desenvolvida e o papel social que desempenhava na comunidade envolvente e na formação de novos boticários.

Palavras-chave: Doença; Botica; Boticário; Congregação de São Bento.

Introdução

Nos alvares da Idade Moderna eram poucos os serviços hospitalares portugueses que prestavam serviço médico às populações. Para além do hospital de Todos-os-Santos, em Lisboa, fundado em 1492, pelas restantes cidades e vilas do país apenas subsistiam pobres e acanhados estabelecimentos para acolher os doentes. Nos inícios de quinhentos, porém, a criação de misericórdias testemunha uma nova esperança às populações, com a fundação de hospitais¹. D. Manuel I incentiva a criação destas organizações de caridade, reforçando a relação de interdependência entre hospitais, profissionais de saúde e misericórdias. Este rei regulamenta, também, a formação de físicos e cirurgiões, lançando as bases de um novo modelo organizativo da formação e assistência médica, que irá perdurar nos séculos seguintes².

A par das misericórdias subsistiam algumas boticas laicas, na maioria geridas por médicos e boticários que ganharam fama, muitas vezes pelos remédios secretos que desenvolviam³. Em épocas em que a igreja tinha grande importância social e económica, também assumiu crescente relevância na assistência aos doentes. Assim, os mosteiros foram ganhando terreno nos cuidados médicos, ampliando uma longa tradição que remontava à Idade Média. Por imposição das próprias normas internas, que determinavam o tratamento dos doentes, e pela ausência ou quase inexistência de cuidados de saúde fora de portas, as ordens religiosas foram fundando as suas próprias boticas que, depois, disponibilizavam às populações próximas que aí recorriam⁴. Os boticários conventuais foram desenvolvendo novos compostos que se tornaram famosos e popularizaram as boticas junto da população e dos hospitais, fazendo disso uma rentável atividade comercial⁵. No século XVIII, acentua-se uma concorrência entre boticas laicas

¹ Para os hospitais das Misericórdias: Maria Marta Lobo de Araújo, “O hospital e a cidade: São Marcos da Misericórdia de Braga” in *História da assistência à saúde e à pobreza*, São Leopoldo, Oikos, 2017; António Magalhães, *Práticas de caridade na misericórdia de Viana de Foz do Lima (sécs XVI-XVIII)*, Viana do Castelo, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, 2013; Maria Antónia Lopes, *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra*, Viseu, Palimage, 2000; Laurinda Abreu, *Memórias da alma e do corpo*, Viseu, Palimage, 1999.

² Laurinda Abreu, “Oferta e regulação em saúde: o legado de D. Manuel I (1495-1521)” in Maria Marta Lobo de Araújo (coord.), *As sete obras de misericórdia corporais nas Santas Casas de Misericórdia (séculos XVI-XVIII)*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2018, p. 35-57.

³ João Leitão, “Medicamento Secreto da Real Botica de Santa Maria da Vitória (Batalha)” in *Anais leirienses*, vol. 2, 2019 (<http://www.academia.edu/41216483>).

⁴ Ricardo Pessa Oliveira, “Para o estudo da saúde conventual no início do século XIX: as boticas”, *Asclépio: revista de história de la medicina e dela ciência*, vol. LXIII, nº 1, enero-junio (2011), p. 123-154 (<http://asclapio.revistas.csic.es/index.php/asclapio/article/viewFile/488/490>).

⁵ Paula Bassa, *A farmácia e o medicamento: uma história concisa*, Lisboa, Correios de Portugal, 2004, p. 99.

e conventuais, que apenas terminará com a extinção dos mosteiros em 1834, perante uma discussão pública que as colocava como concorrentes desleais por estarem livres de encargos à Fazenda Real⁶.

Na região do Minho, antes da extinção dos mosteiros, em 1834, entre as boticas conventuais existentes, destacaram-se os Carmelitas Descalços, com duas boticas de grande referência, em Braga e Viana do Castelo⁷; a Companhia de Jesus que, até 1759, tinha uma importante botica em Braga; e os beneditinos, com boticas em Santo Tirso, Paço de Sousa, Rendufe, Refojos de Basto e Tibães. De todas, destaque especial para as boticas do Carmo, de Santo Tirso e de Refojos de Basto que exerceram, a partir da segunda metade do século XVIII, uma importante ação farmacêutica na região, em parte pelo papel dos seus monges boticários, Frei Cristóvão dos Reis e Frei João de Jesus Maria. O primeiro, administrador da botica do convento do Carmo, em Braga, farmacêutico e botânico, publicou, em 1779, *Reflexões experimentaes methodico-botanicas: muito uteis, e necessárias para os professores de medicina e enfermos*. O segundo, foi o grande boticário da Ordem de São Bento, fundador de várias boticas no Minho e não só, sendo o autor da *Pharmacopea Dogmatica Medico-Chimica e Theorico-Pratica*, dada à estampa em 1772.

Neste artigo abordam-se as iniciativas promovidas pela Congregação de São Bento para criar boticas nos mosteiros do Minho, ao longo do século XVIII. O estudo está focado na primeira botica criada por esta congregação, em 1745, que contemplou o Mosteiro de Refojos de Basto. Com a análise deste caso procura-se contribuir para compreender dois aspetos principais associados à ação das organizações religiosas na assistência aos doentes desde meados do século XVIII. Por um lado, a importância dessa assistência numa região onde não havia outros serviços médicos de relevo. Pela documentação produzida no âmbito do processo de extinção daquele mosteiro percebe-se a intensa atividade farmacêutica aí desenvolvida e o papel que continuava a ter na formação de novos boticários. Por outro lado, através do percurso de Frei João de Jesus Maria e da obra que deixou, é possível observar como na época estava a ser abandonado o sistema galénico e como as preocupações de atualização farmacêutica se poderiam manifestar mesmo em zonas mais remotas do Reino.

⁶ Ana Paula Azevedo Duarte Araújo, *A arte de curar no Mosteiro de Tibães*. Braga, Universidade do Minho, Dissertação de Mestrado em História, 2010, p. 34 (<https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/28333>).

⁷ Marízia M.D. Pereira; Maria do Céu Simões Tereno; António Vitorino Simões, “Boticas dos carmelitas descalços em Portugal: espécies vegetais e fitogeografia” in *A reforma teresiana em Portugal: congresso internacional, 2015: atas*, Marco de Canaveses, Edições Carmelo, 2017, p. 325-343.

Para esta pesquisa recorreu-se às fontes manuscritas e impressas, nomeadamente os textos normativos da Congregação de São Bento, os relatórios trienais de cada um dos mosteiros, assim como os livros de gasto da enfermaria do mosteiro de Tibães⁸. Utilizaram-se, também, os respetivos processos de inventário elaborados no momento da extinção, em 1834⁹.

O artigo está dividido em quatro partes. Começa-se por apresentar as orientações da Ordem Beneditina para a assistência aos enfermos, as quais enquadravam a ação dos respetivos mosteiros. A segunda parte refere-se à instalação da botica em Refojos de Basto, procurando perceber as razões que levaram a Ordem a dar prioridade a este mosteiro em detrimento da casa-mãe de Tibães, onde a botica apenas foi criada em 1797. Seguidamente, apresentam-se dados que ajudam a compreender o funcionamento e a relevância social da botica do mosteiro de Refojos de Basto, nesta região remota em que estava localizada. Finalmente, refere-se o percurso de Frei João de Jesus Maria, o impulsionador desta e de várias boticas na região e, também, de outras, como a do Mosteiro de São Bento de Lisboa (1752). Salienta-se a importância da perspetiva atualizada da farmácia valorizada por este boticário, na assistência médica-farmacêutica, quer para as comunidades beneditinas quer para as localidades envolventes.

1. Assistência beneditina: normas reguladoras

Os deveres de assistência aos doentes estavam consagrados na Regra de São Bento, redigida no século V, por Bento de Núrsia. Esta regra estabelece um conjunto de preceitos que regulam a vivência de cada comunidade monástica. Mais tarde, em 1570, a instituição da Congregação de São Bento de Portugal, vai unir todos os 22 mosteiros beneditinos masculinos existentes, redigindo novos textos constitucionais, em 1590 e 1628, que igualmente manifestam preocupações com o cuidado aos doentes.

A Regra dedica todo um capítulo (36) ao tratamento dos enfermos¹⁰. Determina que deviam ser tratados com cuidado e carinho e postos em cela própria ou enfermaria. Deveriam ser acompanhados por um *monge temente a Deus, diligente e solícito*, prestando-se-lhes todos os cuidados como se fossem Cristo em pessoa. Antes, no capítulo 31, estabeleceu-se que o celeireiro, entre

⁸ Estes foram já parcialmente estudados por Ana Paula Azevedo Duarte Araújo, *A arte de curar...*, cit.

⁹ Estes processos encontram-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, ex-Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, cx. 2247 (Refojos de Basto) e cx. 2256 (Tibães).

¹⁰ *Regra do glorioso patriarcha Sam Bento*, Lisboa, por António Ribeiro, 1586.

as muitas tarefas que tinha a cargo, deveria cuidar, com toda a solícitude, de enfermos, crianças, hóspedes e pobres.

Esta orientação determina a fundação de enfermarias e boticas e vai ter visibilidade na própria arquitetura monástica, na medida em que os mosteiros beneditinos tinham nas portarias dois armários: um para o pão, outro para os remédios, que se distribuía a quem batia à porta. Havia, pois, uma necessidade física e espiritual de cuidar dos doentes, fossem quais fossem, internos ou externos.

Seguindo os preceitos da Regra as primeiras Constituições da Congregação de São Bento, datadas de 1590¹¹, estipulam que cada mosteiro devia ter, não só *algua maneira de botica*, médico assalariado, como também drogas ou produtos para socorrer enfermos. Entre as quais, águas destiladas, azeites, canafistulas¹² e alguns xaropes *que algum boticário poderá fazer porque as casas que estão fora do povoado em que não aja físico e botica, têm necessidade de estarem providas*. O físico devia atender às necessidades sem faltar açúcar, amêndoas, passas, roupas de cama, lençóis, toalhas, camisas, panos de cabeça e escapulário de dormir sem capelo para o enfermo, vidros e louça para a enfermaria. Determina-se, ainda, de acordo com a Regra, que os enfermos se curem na enfermaria e não no dormitório, para não perturbar o convento, e haja *sumo silêncio*. O celeireiro e o gastador tinham também a obrigação de prover o necessário aos doentes, mesmo que fossem alimentos caros, de modo a que nada faltasse. Tudo isto era imposto aos prelados, ficando sujeitos a pena de suspensão por três anos por falta de cumprimento.

Estas obrigações sugerem um quotidiano monástico, em que cada mosteiro deveria ser autossuficiente, em termos de cuidados médicos e medicamentosos. Deveria existir uma enfermaria para resguardo dos doentes, havendo um religioso com o cargo de enfermeiro que fosse *caritativo, diligente, paciente, humilde e compassivo*.

Todavia, a realidade que se encontra nos anos seguintes não corresponde a essas determinações. De facto, as atas capitulares dos primeiros tempos da Congregação vão ao encontro do definido nas Constituições, mas apresentam as dificuldades em se cumprir o preceituado, particularmente nos mosteiros mais afastados dos centros urbanos onde a chegada de médicos e boticários era mais

¹¹ *Constituições da Ordem de São Bento destes reynos de Portugal*, Lisboa, por António Alvarez, 1590, p. 132-134, 158v.

¹² Nome utilizado para designar *Cassia fistula* L.. Segundo Bluteau é um género de acácia que dá um fruto em vagem com uma polpa líquida, negra e doce que serve “para purgar o estômago dos humores coléricos” (Raphael Bluteau, *Vocabulário português e latino*, Coimbra, Colégio das Artes, 1713, vol. 2, p. 90). Nome também designado para outras espécies da família Fabaceae: *Senna spectabilis* var. *excelsa* (Schrad.) H.S. Irwin & Barneby; *Peltophorum dubium* (Spreng.) Taub.

difícil. Logo em 1580, num capítulo privado realizado em Refojos de Basto e com alguns mosteiros ainda sob a alçada dos abades comendatários, constata-se existirem *muito grandes e urgentes necessidades que padessem os Religiosos dos ditos conventos por serem as reções que lhe dão os ditos comendatarios muito tristes e pobres e que não bastam a se sustentarem e vestirem e comprirem ás obrigações dos officios do dito convento, como o sam medicos, boticas, barbeiros, forneiros, lavandeira, alfaiates, çapateiros, demandas, hospedes, as mulas, e pagas de criado*¹³. No capítulo seguinte, em 1584, estipula-se que nos mosteiros houvesse boticário, açúcar rosado, marmeladas, óleos e águas destiladas¹⁴. Um aprovisionamento mínimo que ajudava nos tratamentos médicos mais básicos e urgentes, que depois vai ficar plasmado no texto constitucional. Percebe-se, assim, que a Congregação não devia ter boticários suficientes para suprir as necessidades, o que comprometia a criação de boticas.

A escassez de boticários pode estar relacionada com vários fatores. Por esta altura, e até finais do século XVIII, era a Universidade de Coimbra que conferia o título de boticário, nem sempre acessível às novas comunidades monásticas. Ao mesmo tempo, constata-se que a existência de pouca população monástica em alguns mosteiros e a facilidade com que podiam chegar aos medicamentos, em cidades ou vilas mais próximas, poderia obviar esse investimento na formação de boticários para cada mosteiro.

O exemplo mais flagrante é o Mosteiro de Tibães que, tendo uma população monástica considerável e sendo casa-mãe da Congregação de São Bento, só instituiu uma botica nos finais do século XVIII. A proximidade da cidade de Braga, onde havia várias boticas, permitia-lhe alguma facilidade no acesso a medicamentos e médicos. Por esta razão, nas Constituições Monásticas de 1628¹⁵, são reafirmadas e consolidadas, de acordo com os princípios basilares da *Regra Monachorum*, todas as anteriores determinações, com exceção da obrigatoriedade da existência de botica. Assim, no capítulo referente ao cuidado dos doentes, que era obrigação do Abade de cada mosteiro, determina-se que haja uma enfermaria e um monge para curar os enfermos ministrando-lhe tudo o que fosse necessário. Especifica-se que *á haverá leitos ornados religiosamente. E tudo o mais necessário ao serviço dos enfermos, ou será de lam ou de linho,*

¹³ Anabela Ramos; Paulo João Oliveira, “Mosteiro de São Martinho de Tibães, dos abades comendatários à afirmação da Congregação de São Bento (1530-1601)”, *Património: Estudos*, Lisboa, IPPAR, 5 (2003), p. 51-60.

¹⁴ Maria Olga Portela Gonçalves de Paz Sequeira, “A botica do Mosteiro de S. Miguel de Refojos” in *I seminário internacional “a ordem beneditina, o papel dos mosteiros e o património da Unesco”*: atas, Cabeceiras de Basto, Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto, 2016, p. 60.

¹⁵ ADB, Coleção de Manuscritos, 159, fl. 242 e seguintes.

a saber lenções, colchas, cabeças, panos de cabeça, toalhas e guardanapos, colheres de prata, vasos e vidros que servão só para os enfermos. Prato de estanho e tigelas, ataduras de linho pera as sangrias, seringas e alambique pera destilar aguas de flores e ervas medicinaes que o enfermeiro mandar fazer em seus tempos.

Quanto aos remédios, cada enfermaria deveria estar provida de *agoa rosada, agoa de flor e outras, óleo e azeite rosado, asucar, passas de uva e ameixas, amêndoas, marmeladas, asucar rosado e outros doces que o enfermeiro pedir ao celeireiro*. No tratamento e acompanhamento do doente, decide-se que haverá médico e barbeiro com salário e que o boticário, *enquanto for possível, não será cristão novo*. Por fim, impunha-se uma visita diária aos doentes e um cuidado extremo com os convalescentes. Não se exclui a cura do doente na sua cela, impondo-se que nesse caso não *possam estar com elle maes de três monges visitando-o*.

Observando estas determinações compreende-se, com clareza, a importância da existência de uma enfermaria em cada mosteiro e do cuidado que se devia dar aos doentes. Percebe-se, também, a composição das enfermarias, desde o mobiliário aos atalhados e a toda uma panóplia de alimentos e medicamentos que permitiam o tratamento de quem se encontrava enfermo. Mas constata-se que as boticas deixam de ser obrigatórias, tornando-se o boticário um assalariado, como o médico e o barbeiro, colocando-se até a possibilidade de poder ter sangue judeu. Ainda assim, mesmo não tendo boticas próprias, ao terem enfermaria e nomearem monge enfermeiro, todos os mosteiros cumpriam com o preceituado na Regra.

A dificuldade em recrutar monges boticários vai-se verificar ao longo de todo o século XVIII, havendo determinações internas que o indicam. Em 1750, numa visitação ao Mosteiro de Refojos de Basto¹⁶ afirma-se a necessidade de que o monge boticário em exercício, frei Bernardo de Nossa Senhora, se *aplique à botica* em detrimento das idas ao coro e outras obrigações próprias do quotidiano monástico, colocando a *continua assistência da botica e ao estudo da sua arte* acima de qualquer outra atividade. Da mesma forma, a Junta Geral, em 1792, contrariando a Regra de só se admitirem monges filhos legítimos de pessoas nobres, determina que se admitissem também todos aqueles que tivessem a prenda de *solfa, órgão e para boticários*, desde que fossem *filhos legítimos sem nota de vileza alguma*¹⁷. Estas são decisões que revelam a importância do monge boticário no interior destas comunidades. A saúde dos monges a isso obrigava.

¹⁶ Maria Olga Portela Gonçalves de Paz Sequeira, “A botica do Mosteiro de S. Miguel de Refojos...”, cit., p. 71; ADB, Congregação de São Bento, Lv. das visitas, 187, fl.2-2v.

¹⁷ ANTT, Ordem de São Bento, Mosteiro de Tibães, Livro das actas capitulares (1780-1795), Lv. 3, Junta Geral de 1792, fl. 2v.

2. Instalações locais em Refojos de Basto e Tibães

Perante este quadro legislativo dos mosteiros beneditinos e pela dificuldade que havia em recrutar e formar boticários, a análise mais detalhada dos casos dos mosteiros de Refojos de Basto¹⁸ e de Tibães permite vislumbrar como os beneditinos foram aplicando o preceituado.

Como Refojos de Basto é uma localidade isolada, nos limites da Arquidiocese de Braga, hoje concelho de Cabeceiras de Basto, o acesso a medicamentos e a boticários era mais difícil. Por isso, a Ordem terá dado prioridade à criação de uma botica, com o respetivo boticário, em 1745, no mosteiro desta localidade. Passados mais de 50 anos, surge então uma botica na casa-mãe, o Mosteiro de Tibães, nas proximidades de Braga, e com mais facilidade de acesso a assistência médica e a medicamentos, oferecidos por outras casas religiosas desta cidade. Talvez por isso só vai instituir uma botica em 1797.

De facto, nos séculos XVII e XVIII têm fama em Braga, as boticas do Carmo e a botica jesuítica do colégio de São Paulo. Segundo o estudo de Ana Paula Araújo¹⁹, o mosteiro provia-se na botica da Companhia de Jesus. Expulsa esta da cidade, em 1759, passam a privilegiar a botica do Carmo que, pela mesma altura, era dirigida por Frei Cristóvão do Reis, um dos boticários mais célebres da região. No entanto, a fama daquela unidade de saúde não desapareceu com a expulsão, pois os monges de Tibães continuam a fazer registos de aquisição de remédios ao *boticário que ficou da companhia*, ou *por recear que no Carmo o não fazião capazmente* ou, ainda, *por o não haver no Carmo*²⁰.

Ainda que não tivesse botica, em meados do século XVIII, Tibães tinha uma enfermaria bem apetrechada com alfaias necessárias à acomodação dos doentes, como colchões, urinóis, comadres, cadeira de rodas, cadeiras para recosto, mezinhas de comer na cama, escarradeiras, e outra louça necessária. Também aí se encontravam louças e móveis necessários como chocolateiras, vasos, bacias, caldeiras, vidros, funis, balanças, garrafas e pratos. Para os cuidados médicos guardavam-se ataduras, seringas, ventosas, agulhas, lancetas, pratos para as sangrias, alambiques, tinas para banho e, ainda, um instrumento cirúrgico para extrair dentes denominado *boticão para os dentes*²¹.

¹⁸ Para uma análise mais detalhada sobre a botica de Refojos de Basto: Anabela Ramos, *Entre a mesa e a botica: os saberes e os sabores dos monges de Basto (1626-1834)*, Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto (no prelo).

¹⁹ Ana Paula Azevedo Duarte Araújo, *A arte de curar...*, cit., p. 63-64.

²⁰ *Idem, ibidem*, p. 65.

²¹ Toda esta informação analisada por Ana Paula Araújo, p. 50-60, encontra-se registada nos vários livros de obras do mosteiro de Tibães e no *Livro das Alfayas de todas as officinas*

De entre este vasto conjunto de instrumentos, podem destacar-se alguns que exemplificam a amplitude dos cuidados que poderiam ser prestados na época. Regista-se a presença da *comadre*, que constituía o que hoje designamos por botija de água quente. Por essa altura, o médico de D. João V, Francisco da Fonseca Henriques, recomenda que se aqueça a cama com este *barril de estanho a que chamão comadre* prevenindo-se com isso alguns tremores, que podem resultar em febres e dificuldades em conciliar o sono²². Da mesma forma a ventosa, instrumento cirúrgico, normalmente em vidro, com fundo largo e a boca estreita e que, aplicada sobre a pele, servia para extrair o humor que estava entre o couro e a carne. Usava-se muitas vezes, a par das sanguessugas, em substituição da sangria, particularmente em doentes debilitados ou com difícil acesso às veias²³. A existência da chocolateira não deixa de ser surpreendente. Esta presença, que se encontra igualmente no Mosteiro de Refojos, remete para o consumo de chocolate, visto, nesta altura, como um remédio com várias ações terapêuticas. Francisco da Fonseca Henriques, em 1721, enumera as aplicações preventivas e curativas, destacando-o como auxiliar da digestão, nutritivo, revigorante, indicado para fortalecer o sistema nervoso, para febres, cólicas, assim como diurético e expetorante²⁴.

A conjugação de informações sobre instrumentos na enfermaria, com os produtos recomendados pelo texto constitucional (amêndoas, uvas passas, ameixas, marmeladas, o açúcar rosado, etc.), permite concluir que o monge enfermeiro deveria ter preparação para elaborar alguns dos remédios indicados pelos médicos. Como se observa também em alguns receituários de cozinha da época²⁵, que registam remédios ao lado de receitas de doce, de peixe ou de carne, estas eram aprendizagens que se poderiam adquirir em contextos domésticos comuns. Saber fazer um xarope ou um lambedor, tal como um caldo de galinha ou de carneiro, mais apurado, ou mesmo um manjar branco, eram conhecimentos médicos que qualquer cozinheiro deveria dominar.

e quintas deste Mosteiro de S. Martinho de Tibaens feito no anno de 1750, localizado no Arquivo de Singeverga.

²² Francisco da Fonseca Henriques, *Âncora medicinal para conservar a vida com saúde*, 2ª edição, Lisboa Ocidental, oficina de Miguel Rodrigues, 1731, p. 333-334. A comadre devia ser um objeto comum nas enfermarias monásticas encontrando-se, por exemplo, na botica do mosteiro de Santa Ana, em Coimbra, no século XIX (Dina de Sousa, “Comer e curar no convento de santa Ana de Coimbra (1859 a 1871)” in Carmen Soares (coord.), *Mesa dos Sentidos & Sentidos da Mesa*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 222 (no prelo).

²³ Raphael Bluteau, *Vocabulário português e latino*..., cit., vol.8, p. 408.

²⁴ Francisco da Fonseca Henriques, *Âncora medicinal*..., cit., p. 448-450; Dina de Sousa, “Comer e curar...”, cit., p. 229 (no prelo).

²⁵ Dulce Freire (coord.), *Receitas e remédios de Francisco Borges Henriques*, Lousada, Ficta, 2020, p. 33-39.

A existência do alambique, um instrumento que permitia a extração da parte mais pura de determinadas substâncias sólidas como flores, ervas e outras matérias, produzindo águas destiladas, vinhos, tinturas e licores (os chamados espíritos), reforça esta convicção. Na prática quotidiana das casas religiosas, o alambique era usado não só para fins medicinais, como também para destilar flor de laranjeira que tinha muita aplicação na doçaria²⁶. De facto, encontram-se alambiques nos mosteiros de Tibães e Refojos de Basto, bem como em outros conventos masculinos e femininos.

Os livros de registo da enfermaria do mosteiro de Tibães, para o período de 1725 a 1801, analisados por Ana Paula Araújo²⁷, permitem acompanhar as atividades da enfermaria. Está registada a aquisição de vários tipos de doces (marmeladas e outros doces de fruta, manjares, açúcar rosado, caramelo e doces de ovos); frutos secos (amêndoas, uvas passas, ameixas); várias carnes, particularmente galinha, carneiro e perdiz; ovos, leite e manteiga. Com todos estes ingredientes, com destaque para o açúcar, preparavam-se alimentos que eram também medicamentos, como caldos gordos e longamente cozinhados, bebidas doces, leites cremosos e manjares. Alimentos quentes e húmidos que ajudavam a equilibrar os humores, num tempo onde imperava a medicina galénica. Todos eram servidos como remédios ao doente que estava, como previam as Constituições, acomodado na enfermaria. Mas observa-se também a aquisição de drogas vegetais (sene, mana, quina, salsaparrilha, papoilas, canafistula, chocolate, violeta, capilé, avenca, jalapa, café, aguardente, bútua, flores de sabugueiro, alfazema, noz-moscada, marcela, tabaco, mostarda, tormentina) e algumas composições minerais e químicas, como a água de Inglaterra, vinda da botica de Santo Tirso, a água da rainha da Húngria, o antimónio, o enxofre, o tártaro, a *pedra hume*, os espíritos, como o espírito beneditino e o vitriolo. Regista-se, ainda, com alguma regularidade, a aquisição de aguardente.

Muitas destas drogas seriam para usar simples, mas também poderiam ser usadas para fazer alguns remédios na casa. É certo que não havendo ainda boticário, o monge enfermeiro, em colaboração com o cozinheiro, deveria ter já alguns conhecimentos e proceder a estas preparações.

Finalmente, em 1797, é instituída a botica no Mosteiro de Tibães. É um espaço contido e acanhado junto à barbearia, beneficiando da lareira e da água corrente que esta dispunha. Regista-se no momento da construção que *nesta nova Botica se puseram todos os vasos, drogas, remédios e mais aprestos*

²⁶ Anabela Ramos, *Viúvas de Braga e outros doces do Convento dos Remédios*, Lousada, Ficta, 2019, p. 32-33.

²⁷ Ana Paula Azevedo Duarte Araújo, *A arte de curar...*, cit., p. 76-91.

*necessários; na parede (...) se abriu uma fresta e se pôs vidraças à Inglesa para dar luz à mesma: na chaminé da Barbearia se levantaram três fogões com grades de ferro para o uso da mesma Botica e defronte se meteu um registo de água para maior comodidade das duas oficinas*²⁸. Os vasos e mobiliário vão ser descritos noutros livros, ficando-se assim a saber que, para além do que já existia na enfermaria, registam-se agora vários tipos de almofarizes, novas balanças mais pequenas, peneiras, coadores e funis, e não um, mas três alambiques. Este número prova uma maior atividade laboratorial, com mais processos de destilação em curso, mais substâncias para triturar, pesar, coar e peneirar.

Quanto ao Mosteiro de Refojos de Basto igualmente se verifica a ausência de botica ao longo de todo o século XVII. Todavia, da mesma forma, cumprem-se os preceitos constitucionais através da existência de uma enfermaria que, em 1629, tinha ao dispor da saúde dos monges sete vidros de águas destiladas, açúcar, amêndoas, passas, ameixas e 10 arráteis de marmelada. Devia ter, inclusive, uma pequena cozinha anexa, com a respetiva lareira, onde se elaboravam alguns xaropes, águas destiladas e lambedores. Disso é exemplo o tacho pequeno que aí se pôs em 1737-40²⁹. Uns anos antes, em 1725-28³⁰, observa-se que num dos dormitórios se fez um guarda-roupa com dois armários, duas gavetas e seus repartimentos (...) a qual serve agora de botica, onde se guardaram vários vidros com águas destiladas e outros ingredientes. Este era, pois, um pequeno espaço reservado para guardar alguns medicamentos, sempre à mão para tratamento de alguma maleita, o que se impunha pelo facto de ser um mosteiro localizado fora do povoado, longe de locais onde o apoio médico era mais rápido. Os documentos chamam-lhe botica, mas de facto não seria esta a designação mais apropriada, porque não tinha boticário.

A verdadeira botica, com boticário residente, só vai ser edificada no triénio de 1743-46³¹ pelas mãos de frei João de Jesus Maria (1716-1795)³². Natural de Braga e depois de um percurso que, como se refere mais adiante, passou

²⁸ ADB, Mosteiro de Tibães, Lv. 606.

²⁹ *Posse (...) hum taxo piqueno na infirmaria*. (ADB, Congregação de São Bento, Estados, pasta 132, fl. 11).

³⁰ ADB, Congregação de São Bento, Estados, 132, fl. 10v.

³¹ ADB, Congregação de São Bento, Estados, 132, fl.10-10v. Geraldo José Amadeu Coelho Dias, *O mosteiro de São Miguel de Refojos: joia do barroco em terras de Basto*, Cabeceiras de Basto, Câmara Municipal, 2009, p. 86-90.

³² A. C. Correia da Silva, “Frei João de Jesus Maria e a farmacopeia dogmática”, Santo Tirso, s.l., 1979. Sep. de: *Actas do colóquio de história local e regional*, p. 297-305; Ana Isabel Líbano Monteiro, “A livraria monástica de Refojos de Basto” in *III Seminário Internacional: “Ora e labora” em Refojos de Basto: espacialidades, materialidades, espiritualidades: atas*, Cabeceiras de Basto, Câmara Municipal, p. 159; Geraldo José Amadeu Coelho Dias, *O mosteiro de São Miguel de Refojos...*, cit., p. 86-90.

pela Galiza e pela Universidade de Coimbra, entra como noviço no Mosteiro de Refojos³³ a 4 de Julho de 1744, radicando-se neste mosteiro. Tinha 25 anos, a tempo de iniciar uma carreira de sucesso como boticário, começando por edificar a botica, aplicando aí todos os conhecimentos trazidos da Lusa Atenas.

A descrição da obra de instalação da botica indica que se utilizou uma sala que *servia de hospedaria*, localizada próximo da portaria, decorando-se *com todo o ornato percizo e grandeza*. Foram colocadas estantes e um mostrador com vidros, vasos finos e tudo mais que era necessário. Ao lado utilizou-se outra sala, também decorada com estantes, para servir de espaço de arrumação³⁴. Daqui abriu-se uma porta que ligava a botica a um outro espaço, a cozinha, que já existia para serviço de apoio à enfermaria.

Da enfermaria teve-se conhecimento de alguns objetos, inclusive daqueles que as Constituições Monásticas consideravam obrigatórios, como vasos de vidro, pratos, tigelas, seringas, alambique, vários tecidos de lã e linho e colheres de prata. Estas últimas justificavam-se por serem de um material nobre, a prata, resistente a elevadas temperaturas e à ação cáustica de alguns produtos, não passando qualquer substância para o produto final. Serviam naturalmente para mexer as várias composições, garantindo uma total inocuidade. Entre os vasos e recipientes, os de vidro eram mais requeridos que os de cerâmica, por serem igualmente impermeáveis e transparentes, permitindo a observação dos produtos e das suas reações químicas. Quanto aos tecidos, de lã e linho, poderiam servir como toalhas, como ligaduras, depois das sangrias, mas também para coar os remédios³⁵.

Agora, com a instalação da botica, vão sendo adquiridos mais objetos que estão em consonância com os de outras boticas da Congregação, nomeadamente Tibães³⁶. Em 1749-52³⁷, adquirem-se um almofariz grande e outro pequeno,

³³ Entra na Congregação a 4 de julho de 1744 e faz profissão a 26 do mesmo mês de 1745, no Mosteiro de Refojos de Basto.

³⁴ Espaço este que poderá ser o quarto do praticante, descrito e inventariado em 1834, aquando da extinção do Mosteiro. Nessa altura estavam aí alguns utensílios, uma mesa, duas cadeiras e um espaço de dormir com um enxergão, oito mantas e quatro lençóis (Maria Olga Portela Gonçalves de Paz Sequeira, “A botica do Mosteiro de S. Miguel de Refojos...”, cit., p. 86).

³⁵ Ricardo Pessa Oliveira, “Para o estudo da saúde conventual...”, cit., p. 131, refere a existência de cinco coadores de lã e um de linho para coar os remédios no mosteiro de Santo André de Rendufe e de 13 toalhas de linho para barba e seis panos destinados ao mesmo fim no convento de São Domingos. Também Maria Marta Lobo de Araújo (*Memórias e quotidiano: as visitas e as devassas ao hospital de São Marcos de Braga na Idade Moderna*, Braga, Santa Casa da Misericórdia, 2014, p. 50-66) analisa as roupas do hospital da Misericórdia de Braga.

³⁶ Ana Paula Azevedo Duarte Araújo, *A arte de curar...*, cit., p. 48-52; A. C. Correia da Silva, *Inventário de uma Botica Conventual do Século XVIII*, Porto, [s.n.], 1972, p.17.

³⁷ ADB, Congregação de São Bento, Estados, 132.

uma panela grande de cobre e vários vidros. Para a enfermaria compram-se duas toalhas *de agoa às mãos*³⁸, em 1743-46, e, mais tarde, tal como também em Tibães, uma bacia de cobre *para banhos de todo o corpo* e uma comadre de estanho³⁹. Também se tem notícia da aquisição de um alambique para destilar aguardente⁴⁰.

Em 1834, existe novamente informação do recheio da botica, não muito diferente do que se registou no século XVIII, para aqui e para a enfermaria, embora agora muito mais completo. Volta-se a encontrar a bacia dos banhos e várias outras bacias mais pequenas; inúmeras panelas e vasos de barro e de folha de flandres, muitas garrafas de vidro de vários tamanhos, garrafões, vários tachos de cobre, uma chocolateira de cobre, e quatro redomas, ou seja, vasos de vidro de gargalo comprido e estreito e bojo largo. Para apoio às inúmeras tarefas do boticário (como destilação, macerações, pisaduras, fermentações, filtragens, elaboração de unguentos, xaropes e emplastos) estavam ainda duas masseiras com tampa, um pipo de quatro almudes, uma prensa, funis de vários tamanhos, almofarizes de chumbo, de mármore e de vidro, várias tiras de pano⁴¹ e cinco alambiques, dois de cobre e três de folha, mais pequenos, e uma longa lista destes espíritos, prontos a serem utilizados na composição dos medicamentos⁴².

Finalmente, regista-se a existência de um *corvo* e de um conjunto de *balanças de prato com um corvo*, ainda que não se saiba onde estava colocado. Este pormenor decorativo não deixa de ser curioso porque na mesma altura a botica do Mosteiro de Tibães tem também *hum Corvo sobre sua peanha, sustendo no bico humas balanças*⁴³. Uma questão de moda? Ou tão simplesmente a aquisição conjunta de objetos para decoração das boticas da Congregação de São Bento?

3. A ação social da botica de Refojos de Basto

Depois de instituída e nos tempos que se seguem, de quase um século, até 1834, poucas notícias temos da botica de Refojos de Basto, desaparecidos

³⁸ ADB, Congregação de São Bento, Estados, 132.

³⁹ ADB, Congregação de São Bento, Estados, 133, 1773-76, fl. 13v.

⁴⁰ ADB, Congregação de São Bento, Estados, 132, 1743-46, fl. 11v.

⁴¹ Maria Olga Portela Gonçalves de Paz Sequeira, “A botica do Mosteiro de S. Miguel de Refojos...”, cit., p. 85-86.

⁴² *Idem, ibidem*, p. 94-95.

⁴³ Ana Paula Azevedo Duarte Araújo, *A arte de curar...*, cit., p. 49.

que foram os livros de registo. Foi possível colher algumas informações sobre os boticários, verificando-se que continuam na senda de Frei João de Jesus Maria, particularmente frei Bernardo de Nossa Senhora e Frei João da Graça, que pelas suas capacidades atraiu muita população à botica⁴⁴. Quanto aos restantes são apenas nomes que se sucedem. No entanto, percebe-se que foi uma botica que adquiriu bastante fama, não só pelas populações que socorria, mas também pela competência dos seus boticários que, no século XIX, ainda faziam escola na região. De facto, em 1860, entre os boticários de Arcos de Valdevez dois tinham aprendido o ofício em boticas religiosas: um no convento do Carmo, na cidade de Braga, e o outro, precisamente, em Refojos de Basto⁴⁵.

Quanto à prestação de serviços à comunidade, interna e externa, os relatórios trienais, que vão reportando as receitas e despesas que se foram efetuando, permitem vislumbrar algumas das atividades. Assim, para além das despesas com o provimento da botica, em drogas e alfaias, gastava-se também dinheiro no pagamento de médicos e cirurgiões, em sangrias, em lenha, para aquecer as águas e elaborar os medicamentos, em caminheiros que levavam medicamentos e traziam o que era necessário para o andamento da botica. Registam-se, também, despesas com tratamentos termais e banhos de mar, num tempo em que este tipo de prescrições médicas estava muito em voga e era cada vez mais receitado⁴⁶. Esta forma de tratamento médico ganhou tanto sucesso que a própria Congregação se vê obrigada e refreá-la, por a considerar muito dispendiosa. Disso dão testemunho as actas capitulares de 1816 e 1822, que confirmam os *abuzos, que havia sobre despesas em banhos e caldas* e determinam *que os prellados enfermeiros não paguem quaisquer reis de banhistas sem que estes se apresentem aos N. Reverendissimos, para serem por elle aprovados*⁴⁷.

⁴⁴ Geraldo José Amadeu Coelho Dias, *O mosteiro de São Miguel de Refojos...*, cit., p. 89.

⁴⁵ Alexandra Esteves, *Boticas e boticários no distrito de Viana do Castelo no século XIX*, 2013 (<https://www.academia.edu/9943596/>).

⁴⁶ Encontramo-lo já previsto nas Constituições, em 1628, dizendo-se que *nenhum monge deve ir a Caldas sem licença do Reverendíssimo* (ADB, Coleção de Manuscritos, 159, p. 244); Ana Paula Azevedo Duarte Araújo, *A arte de curar...*, cit., p. 100-110.

⁴⁷ ADB, Congregação de São Bento, Lv. 320A, 1816, fl. 58v; 1822, fl. 154. (Documentos citados por Ana Paula Azevedo Duarte Araújo, *A arte de curar...*, cit., p.102; 108).

Quadro I
Rendimento da Botica de Refojos de Basto

Ano	Receitas pagas no ato da compra	Receitas dadas por esmola	Receitas atrasadas e bem paradas
1752	184 466 reis	55 344 reis	568 753 reis
1761	85 900 reis	(muitas receitas)	1 000 000 (pouco mais ou menos)
1770	141 594 reis	4 425 reis	821 270 reis
1773	809 892 reis		437 405 reis (1)
1780	89 040 reis	26 025 reis	322 000 reis
1783	56 835 reis	18 055 reis	
1792	131 855 reis	11 710 reis	303 790 reis
1801		92 520 reis	411 670 reis
1804	233 935 reis	92 505 reis	534 120 reis
1807	706 060 reis	57 445	
1813		46 000 reis	889 180 reis
1819		46 000 reis	1 164 430 reis

(1) e ficam entre estas muitas que julgo perdidas e antigas perdidas importão em 125405 reis.

Observa-se que a botica de Refojos de Basto se transformou num dos poucos, se não o único, reduto de fármacos da região, servindo não só a pequena comunidade de 10 a 12 monges que albergava, mas toda a sociedade envolvente⁴⁸. Como indicam os dados reunidos no Quadro I, entre 1752 e 1819, ficam patentes as receitas que entravam pela via da venda de medicamentos e, mais ainda, o que se dava por esmola aos mais pobres gratuitamente. Este conceito de boticas monásticas, embora pensado para tratamento da saúde dos monges, era, por força da própria regra de São Bento, mais uma forma de praticar a caridade cristã, patente, como se viu, na existência de um armário para remédios na portaria de cada mosteiro. O próprio frei João de Jesus Maria diz na sua farmacopeia, em 1772, que o ofício de farmacêutico não é destinado *para pobres, que precisão sustentar-se della; mas sim só para Pessoas abundantes de cabedaes, que sem oppressão das quotidianas urgencias hajão de cumprir com fatura dos urgentes gastos da Botica, de forma a atender os necessitados sem atrelar os ganhos da botica como seu sustento material*⁴⁹.

⁴⁸ Ricardo Pessa Oliveira, “Para o estudo da saúde conventual...”, cit., p. 123-154.

⁴⁹ Wellington Bernardelli Silva Filho, *Entre as mezinhas lusitanas e plantas brasileiras: iatroquímica, galenismo e flora medicinal da América portuguesa do século XVIII nas farmacopeias de Frei João de Jesus Maria*, Lisboa, Faculdade de Ciências da Universidade de

A observação do Quadro I demonstra isso mesmo. Desde o início, a botica de Refojos tratou de atender todos os que precisavam, aviando receitas por esmola e permitindo um acumular de dívidas de gente que, mesmo tendo alguns recursos, não pagavam os medicamentos que vinham buscar. E de tal forma o valor em débito vinha aumentando que, em 1773, se constata uma dívida acumulada de cerca de 400 mil reis acrescentando-se que *ficam entre estas muitas que julgo perdidas e antigas perdidas importão em 125 405 reis*⁵⁰. Dívida que irá crescer para mais do dobro nos inícios do século XIX. Por esta altura as boticas monásticas são fortes concorrentes das boticas civis, que as vêem com muitos maus olhos pela cedência gratuita de medicamentos e pelo não pagamento de impostos. Esta circunstância é aferida pela Congregação, em 1794, numa visita ao mosteiro de Refojos constatando, então, *que há sojeitos de que há três, seis ou mais anos que mandam buscar remédios à botica deste mosteiro, para si e suas famílias sem que no decurso de tantos anos tenham satisfeito cousa alguma das receitas que estão devendo*⁵¹. A situação começa a ser insustentável e por isso o boticário fica obrigado a não aviar qualquer receita, nem dar qualquer remédio a quem tivesse dívidas com mais de três anos, com a ressalva de se continuarem a dar remédios gratuitamente aos mais pobres, sendo o boticário obrigado a registar a dádiva por esmola. Obrigação que se vai repetindo, no mesmo livro de visitas, nos anos seguintes até 1811, o que nos revela uma prática contínua e persistente, de dívidas que se foram juntando, e que, aquando da extinção do mosteiro, tinham atingido valores já muito elevados. Em 1819, por exemplo, a dívida ultrapassa o conto de reis! Muito dinheiro! Mas em terras onde os recursos eram escassos o boticário de Refojos devia ser um oásis, ao qual todos recorriam, e o mosteiro continuava fiel aos princípios de São Bento, o de todos ajudar caritativamente elevando-se espiritualmente.

Esta realidade vai ficar muito clara no momento da nacionalização dos bens eclesiásticos, que leva à realização de um inventário do recheio para se proceder à venda em hasta pública. Percebe-se, então, que a comunicação com a comunidade envolvente era muito intensa contabilizando-se cerca de 500 devedores. Constata-se que passavam por esta botica, desde os mais pobres aos mais endinheirados: senhoras donas, padres, senhores de casas nobres, mulheres pobres e viúvas, capitães, outros boticários, simples homens e mulheres. Este seria porventura o único centro médico na região. Seria muita gente para um

Lisboa. Dissertação de doutoramento em História e Filosofia das Ciências, 2017. Disponível em http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/34021i1/1/ulsd731769_td_wellington_filho.pdf, p. 82.

⁵⁰ ADB, Congregação de São Bento, Estados, 133.

⁵¹ ADB, Congregação de São Bento, Livro das visitas, nº 191, p. 47v.

só boticário. Muito para além da pequena comunidade monástica. A botica extravasou as paredes da clausura e tornou-se um verdadeiro serviço público.

4. Percurso de Frei João de Jesus Maria

Um dos boticários que se destacou na Congregação de São Bento foi, como referido, Frei João de Jesus Maria que, ao longo do século XVIII, deu um importante impulso na instituição de boticas nos mosteiros da Ordem. Importa, por isso, observar o percurso e a aprendizagem que obteve na Universidade de Coimbra e os conhecimentos que foi adquirindo ao longo da vida.

No tempo em que este monge esteve em Coimbra estavam em vigor dois regimentos. O *regimento do físico mor do reino* imposto por D. Manuel I, em 1521, determinando que o candidato ao exercício da profissão fizesse um exame público, depois de vários anos de prática como aprendiz⁵². O *regimento dos médicos e boticários cristãos velhos*, datado de 1604, estabelecendo que a duração do curso era de seis anos, que incluíam dois anos de latim e quatro de formação numa botica de boa reputação, situada na cidade de Coimbra ou fora dela, mas por decisão do reitor da Universidade. Com exceção do latim, toda a aprendizagem era exclusivamente prática, sem qualquer frequência de aulas na Universidade. Após este período, os alunos eram sujeitos a uma avaliação final na Universidade com um júri composto por professores de medicina e boticários da cidade de Coimbra de reconhecida competência⁵³. Considerados aptos, os novos boticários estavam em condições de exercerem a atividade em qualquer ponto do país.

Do percurso académico de Frei João de Jesus Maria sabe-se que estudou humanidades com os padres da Companhia de Jesus, tomando ordens menores em Lugo (Galiza). Depois, como vimos, cursou Farmácia na Universidade de Coimbra, com aproveitamento excelente nas provas finais, em 1741.

Com a formação de boticário chega a Refojos de Basto, em 1744, apto para fundar uma botica. E é isso que vai fazer. Mas não fica por aqui muito tempo. Concluída a obra, parte para outro mosteiro beneditino com o mesmo intuito. Assim, em 1746, funda a botica de Santo Tirso e, nos anos seguintes, as de Paço de Sousa (1748), de São Bento de Lisboa (1752) e de Cucujães (1758). Neste périplo pelos mosteiros da Congregação, a fundar boticas e a trazer melhorias na assistência médica dos monges, frei João de Jesus Maria consolida os conhecimentos e torna-se

⁵² Ana Paula Azevedo Duarte Araújo, *A arte de curar...*, cit., p. 25; João Rui Pita, *Farmácia, medicina e saúde pública em Portugal (1772-1836)*, Coimbra, Minerva, 1996, p. 292.

⁵³ João Rui Pita, *Farmácia, medicina e saúde...*, cit., p. 285-290.

uma referência na arte e ciência da farmácia. Em Santo Tirso, para onde regressou, e depois de uma longa carreira ao serviço da saúde, vai dar corpo ao *Tratado da Farmacopeia Dogmática Médico-Química e Teórico Prática*, impresso no Porto, em 1772, com dois volumes⁵⁴. Torna-se o boticário mais afamado da Ordem de São Bento, fazendo escola na formação de novos seguidores⁵⁵. Faleceu no Mosteiro de Santo André de Rendufe em 1795. Assim, esta personalidade, tão importante para a congregação de São Bento, não preside à criação da botica em Tibães, o mosteiro central desta Ordem em Portugal, a qual só surge em 1797.

Este percurso de formação, trabalho e escrita decorreu num tempo em que o galenismo estava lentamente a ser questionado perante as descobertas associadas à botânica e ao medicamento químico⁵⁶. Alguns desses conhecimentos foram ficando patentes nas farmacopeias e tratados de medicina que estavam a ser publicados desde finais do século XVII, os quais eram conhecidos por frei João de Jesus Maria e influenciaram a obra deste boticário.

Destes anos de trabalho intenso para além da sua farmacopeia e das boticas que fundou, deixou, também, um bom conjunto de livros na biblioteca da botica de Refojos. Através da análise dessas obras, percebem-se as opções que fez e os conhecimentos científicos que foi adquirindo. São testemunho de uma preocupação constante pela atualização científica num Portugal que, ao longo do século XVIII, caminhou para o abandono das teorias galénicas em prol do medicamento químico, que já se vinha anunciando desde o século XVII. Frei João de Jesus Maria obteve em Coimbra um conhecimento sólido e amadurecido transmitido pelos clássicos, editados em latim durante o século XVI, mas ao longo da sua vida profissional vai trazer, também, para a práxis farmacêutica o novo saber proporcionado pelos iluministas.

Na biblioteca deixada em Refojos de Basto existiam os clássicos Dioscórides Anazarbeo⁵⁷, com várias edições no século XVI, e do médico e botânico italiano Pietro Andrea Mattioli, também do mesmo século. O primeiro, na obra *Matéria Médica* faz a descrição de inúmeras plantas, produtos animais e minerais e era,

⁵⁴ *Pharmacopea Dogmatica medico-chimica, e theorico-pratica*, Porto Oficina de Antonio Alvares Ribeiro Guimarães, 1772. Ainda redige mais um terceiro volume dedicado às plantas exóticas, que não chega a publicar (Wellington Bernardelli Silva Filho, *Entre as mezinhas lusitanas...*, cit.).

⁵⁵ Wellington Bernardelli Silva Filho, *Entre as mezinhas lusitanas...*, cit., p. 76-97.

⁵⁶ João Rui Pita; Ana Leonor Pereira, “A arte farmacêutica no século XVIII, a farmácia conventual e o inventário da botica do convento de Nossa Senhora do Carmo (Aveiro)”, *Agora, estudos clássicos em debate*, 14.1, (2012), p. 227-268 (<http://www2.dlc.ua.pt/classicos/11.Pita.pdf>); Dulce Freire (coord.), *Receitas e remédios...*, cit.

⁵⁷ Dioscórides foi impresso pela primeira vez em 1478 por P. d’Abano. No ano de 1499, foi dada à estampa a sua primeira edição em Grego por Roscius.

na época, a maior autoridade farmacológica. Como frei João de Jesus Maria estava atento às atualizações científicas, não deixa também de consultar a *Matéria Médica*, de Etienne François Geoffroy, editada em Veneza em 1742.

Para além destas obras básicas, encontram-se cinco farmacopeias de entre as várias publicadas em Portugal ao longo do século XVIII. Estas eram fundamentais para o bom exercício da profissão de boticário, que compilavam o conhecimento sobre drogas, fórmulas e processos de fabrico dos medicamentos⁵⁸. Entre as de impressão nacional contam-se a *Pharmacopea Lusitana* de D. Caetano de Santo António, editada em Coimbra no ano de 1704, designada no registo desta biblioteca como *Pharmacopea de D. Caetano*. Obra que evidencia a forte influência galénica que predominava em Portugal naquela altura⁵⁹. Este livro irá ter edições em 1711, 1725 e 1754, existindo em Refojos também esta última edição designada por *Pharmacopea Lusitana Reformada*. Aqui o medicamento químico já ocupa uma parte substancial do texto, com a inserção de novas fórmulas farmacêuticas e composições.

Da mesma forma, estão presentes os volumes da *Pharmacopea Tubalense Chimico-Galenica*, da autoria do boticário Manuel Rodrigues Coelho (1685-1752), editada em Lisboa no ano de 1735⁶⁰. Existe também a *Pharmacopea Geral para o Reino e Dominios de Portugal*, de Francisco Tavares, editada em 1794 e considerada, por alvará régio, fundamental para os interesses da saúde pública do país sendo, por isso, a primeira farmacopeia oficial portuguesa⁶¹. Obviamente que também não podia faltar a farmacopeia escrita pelo próprio frei João de Jesus Maria, que trata exaustivamente, tanto as matérias-primas necessárias à produção de medicamentos, como das próprias preparações farmacêuticas⁶².

De edições portuguesas contava-se, ainda, a *Polyanthea Medicinal: noticias Galenicas e Chymicas, repartidas em três tratados*, da autoria de médico João Curvo Semedo, editada em Lisboa em 1697, que foi dos livros mais famosos deste médico e que marcou a medicina em Portugal até meados do século XVIII. Nesta obra Semedo já defende o uso do medicamento químico, embora não exclua a teoria dos humores para explicar e tratar grande número

⁵⁸ Wellington Bernardelli Silva Filho, *Entre as mezinhas lusitanas ...*, cit., p. 53-54.

⁵⁹ *Idem, ibidem*, p. 55.

⁶⁰ Existe ainda uma terceira parte desta farmacopeia, editada em 1751 (Manuel Rodrigues Coelho, *Pharmacopea Tubalense Chimico-Galenica*, terceira parte, Lisboa, Oficina de José da Silva da Natividade, 1751).

⁶¹ Wellington Bernardelli Silva Filho, *Entre as mezinhas lusitanas ...*, cit., p. 64-68.

⁶² João Rui Pita, *Farmácia, medicina e saúde pública em Portugal (1772-1836)*, Coimbra, Minerva, 1996, p.174.

de doenças. Também a obra de Duarte Madeira Arrais *Método de conhecer e curar o morbo gálico*, publicado em 1683, com anotações do também célebre médico Francisco da Fonseca Henriques. Trata-se de um livro particularmente importante para tratar uma doença nova, a sífilis, que grassou por toda a Europa depois do século XVI. E, por fim, no que respeita aos livros de botânica, a *História das Plantas*, da autoria de João Vigier, editada em 1718⁶³. Este autor (1662-1723), de origem francesa, tinha formação boticária, mas estabeleceu-se como droguista em Portugal, entre os anos de 1677 e 1682, por influência de seu tio, Pedro Donadieu, que ocupava um importante cargo como boticário da Rainha. Destacou-se também pela expressiva quantidade de obras de interesse médico-farmacêutico de que foi autor.

A presença do medicamento químico está patente particularmente nas obras de dois autores: Johann Helfrich Jungken (1648-1726) que escreve *Lexicon chymico-pharmaceuticum*, com edições em 1710 e 1732; e no *Curso chimico*, do médico e químico francês Nicolas Lémery, editado em 1675, que durante todo século XVIII constituiu a maior referência química na Europa, tendo edições em várias línguas.

Todavia, quando mais tarde, em 1772, frei João de Jesus Maria publica a sua *Pharmacopeia dogmática*, faz questão de elencar os livros que considera fundamentais existirem numa botica para o bom exercício farmacêutico. Apresenta uma súmula de 37 livros, ficando patente a erudição que adquiriu ao longo da sua carreira no que respeita à farmácia e aos temas contíguos ao ofício de boticário. Já não se refere aos clássicos, entretanto substituídos por novos autores com um conhecimento científico mais atualizado, na área da química e da botânica, mas faz menção a alguns, existentes na botica de Refojos, que nos fazem concluir que, ou foram comprados por ele ou sob sua indicação⁶⁴. Também já não recomenda os livros de João Vigier sobre botânica, dando agora preferência à obra de Lineu, considerado o pai da taxonomia moderna devido à obra *Sistema naturae*, editada pela primeira vez em 1735 e com sucessivas edições e atualizações ao longo do século⁶⁵.

⁶³ *História das Plantas da Europa, e das mais uzadas que vem de Asia, de Affrica, & da America onde se ve suas figuras, seus nomes, em que tempo florecem e o lugar onde nacam, com hum breve discurso de suas qualidades e virtudes especificas*, Lion, Oficina de Anisson, Posuel et Rigaud, 1718.

⁶⁴ Maria Olga Portela Gonçalves de Paz Sequeira, “A botica do Mosteiro de S. Miguel de Refojos...”, cit., p. 83 e sgs.

⁶⁵ Maria Elice Brzezinski Prestes; Patricia Oliveira; Gerda Maísa Jensen, “As origens da classificação de plantas de Carl von Linné no ensino de biologia” in *Filosofia e História da Biologia*, v. 4, (2009), p. 108 (<http://www.abfhib.org/FHB/FHB-04/FHB-v04-04-Maria-Elice-Prestes-et-al.pdf>).

Em cerca de trinta anos, o tempo que medeia entre a constituição da botica de Refojos e a edição da sua farmacopeia, em 1772, muita coisa mudou no pensamento científico europeu. Frei João de Jesus Maria era um homem atento e atualizado, e se, em meados do século XVIII, acabado de sair de Coimbra, ainda trazia consigo o ensinamento dos clássicos e dos humanistas, mais tarde rende-se definitivamente aos iluministas e deixa de recomendar obras que não sejam de publicação mais recente. Predominam agora os tratados de química, mantendo-se a influência determinante de Lémery, e privilegiam-se os novos conhecimentos de botânica, assim como a aprendizagem sempre atualizada das várias farmacopeias que se vão editando.

Frei João de Jesus Maria pela formação, conhecimentos adquiridos e ação científica que desenvolve nos mosteiros da Congregação de São Bento, assume-se como um homem determinante na assistência médica aos monges beneditinos e às comunidades que gravitavam em volta dos mosteiros.

Conclusão

Era pela portaria das gentes de pé, a principal ligação que os monges beneditinos tinham com o mundo exterior, através dos dois armários aí existentes, que se dava o apoio médico e o sustento alimentar a todos os que acorriam ao mosteiro em busca de alimento e de remédios. A cozinha e a botica tornam-se, assim, locais centrais da espiritualidade beneditina que, fiéis aos princípios de São Bento, impunham o acolhimento de todos. A força deste princípio e a necessidade do cuidado médico dos monges que viviam no interior de um qualquer cenóbio impeliu a Congregação de São Bento à fundação de enfermarias e boticas

No Portugal dos séculos XVII e XVIII, apesar da multiplicação de hospitais laicos e religiosos que se estava a verificar, os cuidados de saúde eram ainda parcos ou quase inexistentes, imperando a dificuldade em recrutar boticários com formação académica adequada. Os mosteiros esqueciam, por isso, os rigores da seleção, permitindo-se que se admittissem homens que não fossem cristãos velhos, ou que não tivessem sangue nobre, desde que tivessem o diploma de boticário. E se não houvesse botica deveria haver enfermaria, apetrechada com os alimentos e as alfaias necessárias ao provimento de alguns remédios, para os tratamentos que o monge enfermeiro, sob prescrição do médico, pudesse efetuar. Assim aconteceu em Tibães, com uma bem aparelhada enfermaria e proximidade às boticas de Braga, o que lhe permitiu adiar a instituição da Botica até aos finais do século XVIII. Já no Mosteiro de Refojos, a Ordem

Beneditina deu prioridade à melhoria da assistência aos enfermos, onde, pelo afastamento da cidade de Braga e pela ausência de outros cuidados médicos na região, a enfermaria se revelou insuficiente. E quando Frei João de Jesus Maria entra como noviço na Congregação, boticário encartado pela Universidade de Coimbra, começa por fundar uma botica neste cenóbio. Outras se lhe seguem, pois os mosteiros beneditinos careciam há muito deste serviço. E Frei João continua a progredir e a enriquecer os seus conhecimentos, fundando boticas e terminando, em 1772, por escrever a sua própria farmacopeia enquanto boticário de Santo Tirso.

A botica do Mosteiro de Refojos de Basto mantém-se em funcionamento por 90 anos, até à extinção das ordens religiosas em 1834, mostrando a relevância que este serviço continuou a ter para assistência aos monges e, também, à comunidade que aqui recorria. Como mostram as listas de devedores existentes em 1834, a esta vinham não apenas os mais carenciados, comprovando a excelência do serviço que a tornava um dos redutos de fármacos mais importantes da região de Basto.

Os dados que se conhecem sobre o funcionamento desta botica e também de outras, indicam que esta ação da Congregação foi fundamental para a assistência médica-farmacêutica da população. Constitui, por isso, um bom exemplo da máxima beneditina de a todos tratar como se fossem Cristo pessoa.

